



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

**DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
FILIPE JACINTO NYUSI
INVESTIDURA DE MINISTROS E VICE-MINISTROS**

PALÁCIO DA PONTA VERMELHA

19 DE JANEIRO DE 2015

MAPUTO

**QUE AS INSTITUIÇÕES ESTATAIS E PÚBLICAS SEJAM
O ESPELHO DE INTEGRIDADE E TRANSPARÊNCIA
NA GESTÃO DE COISA PÚBLICA**

Senhor Primeiro-Ministro,

Senhores Ministros,

Senhores Vice-Ministros,

Acabam de assumir um grande compromisso perante o Chefe de Estado e a Nação de servir fielmente a Pátria Moçambicana.

É um compromisso de honra que tem de se traduzir em ações e uma postura que inspire a confiança do nosso povo.

O nosso papel como Governo é muito claro – **promover o desenvolvimento económico, social e cultural de Moçambique.**

Nós somos uma Nação dotada de um passado glorioso, importantes recursos naturais e uma localização estratégica.

Devemos aprimorar a nossa forma de conceber o desenvolvimento aclarando nesse processo e em cada sector, os sinais de inclusão social.

Não basta sermos um governo de todos os cidadãos, somente porque somos resultado duma eleição democrática cada vez melhor no nosso país, ou porque queremos ser ou falar o que o povo quer ouvir. Temos sim de agir cada vez melhor como tal.

As funções governamentais que acabamos de assumir emanam do mandato que o povo nos confiou por via do sufrágio. Nós estamos aqui para servir o povo e não o contrário.

Os moçambicanos esperam de nós uma acção governativa que assegure o gozo dos seus direitos e liberdades e o desenvolvimento equilibrado do país.

A vossa indicação para dirigir os diversos sectores económicos e sociais não significa sermos os únicos, ou os melhores. Ela traduz a nossa confiança na capacidade e competência que cada um de vós tem vindo a demonstrar nas áreas específicas.

Apesar dos progressos que este governo herda da administração anterior, temos certeza de que Moçambique tem vários problemas por solucionar. Desde os transportes públicos, infraestruturas sociais, Carência de alimentos e subnutrição, emprego, habitação condigna e saúde pública, educação, energia e qualidade de energia, água potável, criminalidade e a forma como devemos lidar com a questão dos recursos naturais, gestão de recursos hídricos que hoje sacrificam as vidas dos nossos concidadãos, vias de acesso, entre outros.

Por isso, este governo tem de saber hierarquizar estas expectativas de maneira objectiva e clara. Responder os anseios dos cidadãos, mas de forma realística.

Senhores Ministros,

Não podemos prometer o que não temos, mas também não podemos gastar de qualquer maneira o pouco que temos.

Num país que conta com tantas terras férteis, com disponibilidade de recursos hídricos e com tantas pessoas que querem trabalhar, não haverá razão alguma para se falar de fome e sofrimento. Apliquemos políticas claras, algumas já definidas, que dinamizem mais investimentos na agricultura, nas pescas, na indústria e noutros sectores da economia.

Por isso, espera-se de vós, ministros e vice-ministros, uma atitude proactiva e pragmática nos sectores que directa ou indirectamente intervém nas soluções agrárias, com especial atenção a agricultura familiar. Esta atitude deverá impulsionar um salto decisivo para uma agricultura industrializada.

O desenvolvimento rural, uma área central na nossa governação, deve, por isso, assumir o seu lugar transversal nas prioridades de todos os sectores.

Tudo isto exige de nós governantes posturas fundamentais:

A capacidade de interação com os cidadãos de todos os estratos sociais para não planificar e nem agir no escuro, apenas com base na sensibilidade técnica ou teórica dos dirigentes.

Em segundo lugar exige de cada um de nós uma postura de total integridade.

Ser honesto é mais do que apenas não usar mal o bem comum, não desvia-lo ou não deixar desviar. É também empregar com eficiência e transparência, e sem esbanjamentos dos recursos. Neste sentido, o combate à corrupção e a defesa da ética na forma como vão lidar com a coisa pública devem ser formas permanentes de ser e de estar neste Governo.

É preciso enfrentar com determinação a cultura da impunidade que prevalece em certos sectores da vida pública.

Resolver esses problemas não é um processo que se faz do dia para a noite. É um processo sistemático, cujas soluções temos de procurar, não de forma artificial, mas construindo e ampliando as condições institucionais para que os problemas sejam resolvidos. Implica também buscar, sistematicamente, a melhoria da qualidade da nossa educação e a qualidade da formação dos funcionários públicos como uma missão.

Temos o orgulho de termos um povo que batalha nas condições mais adversas para melhorar a vida da sua família. A nossa obrigação é de criar os mecanismos e as oportunidades para galvanizar este espírito de inconformismo dos moçambicanos que sempre lutam por uma vida melhor.

A cultura do trabalho deve ser o motor de cada um de nós. É nossa responsabilidade assegurar que a preguiça dos nossos subordinados não seja o reflexo da atitude dos nossos superiores, ou resultado das péssimas condições de trabalho. Temos que ser e dar exemplo de que o trabalho árduo, justo e ético, ao serviço do povo, é a nossa responsabilidade máxima.

Senhores Membros do Conselho de Ministros,

O povo deposita grandes expectativas neste Governo. Este é um novo ciclo de Governação que certamente implica novas atitudes colectivas e individuais. No nosso mandato, devemos cumprir a nossa agenda pré-definida, e não resolver pressões ou gerir emoções e vantagens espontâneas.

Os novos tempos e os novos contextos impõem aos membros do Governo a nível central e local uma nova postura, maior responsabilidade e a coragem de operar mudanças, como temos vindo a dizer.

Senhor Primeiro-Ministro,

Senhores Ministros e Vice-Ministros,

Já nos referimos de que este Governo herda um país em franco crescimento resultante dos esforços das administrações anteriores. Notam-se progressos nos diferentes domínios - como por exemplo nas áreas de energia, estradas, telecomunicações, agricultura, indústria, educação, saúde, desporto, cultura, de entre outros.

O desafio que temos neste novo ciclo de governação é de superar os níveis de crescimento que se registam e garantir uma melhor redistribuição da riqueza nacional. Como governo temos que assegurar que as oportunidades decorrentes da exploração de recursos naturais beneficiem cada vez mais os próprios moçambicanos, seus verdadeiros proprietários.

Não se trata de nacionalismo excessivo. A verdade é que a soberania do povo deve ser traduzida em benefícios tangíveis para este mesmo povo. Queremos que a exploração dos recursos seja feita de forma sustentável, com a estrita observância da lei.

Dizemos que os moçambicanos devem ser donos da economia. Este não é um conceito abstracto. Trata-se de assegurar uma cada vez maior integração do conteúdo local. Trata-se da participação efectiva dos moçambicanos nos projectos de investimento, em especial na exploração de recursos naturais. Trata-se de construir uma classe média mais ampla e um empresariado nacional mais robusto e competitivo.

Para tal, este Governo deve assumir-se como parceiro estratégico na promoção do sector privado nacional através da remoção de barreiras e criação de um ambiente favorável de negócios. A nossa obrigação é assegurar que o Estado moçambicano e os cidadãos nacionais – **verdadeiros donos destas riquezas**, usufruam cada vez maiores benefícios.

Este é um objectivo estratégico que só poderemos alcançar num ambiente de paz e estabilidade política e social. Cada um de nós deve se empenhar afincadamente na promoção da paz, na redução dos conflitos e da desconfiança no nosso seio.

Senhores Ministros,

Cabe-nos a grande missão de fazermos uma boa administração do país, garantir a integridade territorial, velar pela ordem pública, segurança e estabilidade dos cidadãos.

É nossa responsabilidade, acima de tudo, promover o desenvolvimento económico, implementar a ação social do Estado, consolidar a legalidade e realizar a política externa do país, na dimensão de cada sector. A concretização destes objectivos constitucionais exige dos dirigentes do Governo aos diversos níveis e aos funcionários e agentes do Estado, uma atitude de servir melhor ao cidadão.

A redução dos níveis do desemprego é um objectivo central deste Governo. Temos que massificar o investimento na formação superior, média e básica de moçambicanos de todas as regiões do país para que todos tenham acesso às oportunidades de emprego. Para tal, as formulas para incentivar o emprego devem ser definidas para cada sector.

O nosso sector financeiro não deve ser simples caixa de distribuição, deve dinamizar sobretudo a captação de recursos, reduzindo dessa forma, a dependência à ajuda externa. Devemos ter a consciência que a indústria extractiva, seja ela do sector do carvão, hidrocarbonetos ou outro, não irá por si só resolver os nossos problemas a curto prazo. Podemos dizer de forma rudimentar que o produto desta industria não se come.

Por isso, temos que continuar a apostar nos **sectores tradicionais como a agricultura, pescas, agro-indústria, turismo transportes e serviços**. Estes sectores dispõem, ainda, de um grande potencial para a geração de emprego, reforço da segurança alimentar e para o desenvolvimento de uma forte classe empresarial nacional.

Infelizmente, e apesar dos progressos, temos que reconhecer que existem ainda grandes segmentos do nosso povo nas zonas rurais, peri-urbanas e urbanas, vivendo em condições de pobreza.

Ainda não alcançamos a **segurança alimentar** para todos os moçambicanos, apesar das excelentes condições agro-ecológicas que o país possui. A situação de transportes continua crítica nas cidades e nas zonas rurais. Muitas famílias, sobretudo jovens, não possuem habitação condigna própria. No campo predominam casas de construção precária. Temos ainda crianças **sem salas de aula** ou a estudar sentadas no chão. A **malária, o HIV-SIDA** e outras doenças continuam a ser um entrave ao nosso desenvolvimento económico e social. As infraestruturas culturais e desportivas não abrangem todas as zonas onde o nosso povo vive.

Todos estes desafios assumem proporções ainda maiores se levarmos em linha de conta a taxa de crescimento rápido da nossa população, maioritariamente JOVEM.

Significa que precisamos de investir substancialmente em mais habitação condigna, mais alimentos, mais água potável, mais e melhores serviços de saúde e educação, mais emprego, mais transporte, investir na energia e outras condições sociais e económicas. Daí que este Governo é um governo de muito, muito, muito trabalho e trabalho que deve produzir resultados.

Quero que seja um governo prático e pragmático, que apresenta resultados ao povo. Um governo que promove a estabilidade das famílias, a equidade do género e que pensa na criança com o carinho que ela merece.

Aos titulares das pastas ministeriais, exigimos mais eficácia e eficiência no desenho e implementação dos planos de desenvolvimento. Cada dia que findamos, cada um de nós, ao consultar a nossa respectiva tabela de realizações, deve saber porque um dia foi diferente do outro. Temos que ter a capacidade de autoavaliação para melhorarmos em cada dia o nosso desempenho.

A nossa acção governativa deve estar orientada para a redução das assimetrias regionais e locais como tradução material do reforço e da consolidação da unidade nacional. Nos nossos sectores de actividades, devemos reforçar uma governação participativa para resgatar a confiança e interacção entre os actores públicos estatais e não-estatais.

No espírito de inclusão, devemos encorajar todas as plataformas de conhecimento para, num permanente diálogo, construirmos consensos e partilharmos informações sobre as grandes decisões a serem tomadas pelo meu Governo.

Cada um de vós, no seu sector, deve assegurar que as organizações da sociedade civil, os camponeses, o sector privado, a academia e a intelectualidade, as ordens sócio-profissionais, os sindicatos, as confissões religiosas, as autoridades tradicionais e comunitárias, os jornalistas, os artistas, os desportistas, todos, homens, mulheres e jovens tenham a oportunidade de serem ouvidos e de participar efectivamente nos processos de tomada de decisões.

Temos que aprofundar a descentralização transferindo mais competências e recursos aos governos locais e às autarquias. Mas a transferência de mais competências e recursos deve ser acompanhada com uma maior responsabilização dos dirigentes e funcionários locais.

A descentralização não deve significar como conferindo poderes ilimitados aos nossos colaboradores. como órgãos centrais, responsáveis pelas políticas e estratégias de desenvolvimento nacional, temos que exercer o necessário controlo aos órgãos locais para garantir que as políticas centrais sejam implementadas na sua integra.

O povo deve sentir que participa e influencia as decisões importantes para o desenvolvimento da sua comunidade, distrito e do país em geral.

Moçambique avançou bastante na formação dos seus cidadãos. Temos uma população cada vez mais escolarizada, as tecnologias de informação e comunicação tornaram a nossa sociedade mais aberta e alargou as oportunidades de acumulação de conhecimentos sobre o que se passa dentro e fora do país.

Este Governo deve ser mais comunicativo com o povo. Os membros deste governo devem encarar o acesso à informação como um direito de cidadania consagrado na Constituição e na lei. A nossa acção deve estar alicerçada nos mais altos princípios da ética governativa, como a transparência, a integridade, o primado da lei, a imparcialidade, a equidade e a justiça social.

A boa governação é a nossa palavra de ordem. O povo - o verdadeiro dono do poder, deve ter a oportunidade de avaliar o mérito das nossas acções. Qualquer moçambicano deve ter a possibilidade de desenvolver o seu talento e habilidades para se apropriar das oportunidades que se abrem. Devemos valorizar o papel histórico dos veteranos da luta de libertação nacional e dos combatentes na defesa da soberania e integridade territorial de Moçambique.

Não toleraremos a discriminação nas instituições do Estado a todos os níveis. Cada dirigente deve ser firme na defesa do interesse público.

Senhor Primeiro-Ministro,

Senhores Ministros e Vice-Ministros,

Junto dos vossos respectivos colectivos e funcionários, cada um deve assumir com determinação, coragem e profissionalismo a liderança do processo de mudanças que se impõem. O novo dirigente no sector não deve escangalhar o que existe. Pode e deve adequar mais os recursos humanos e materiais que encontra. Estes recursos devem ser explorados e não marginalizados.

O compromisso que assumimos perante o povo é nobre, tal justifica a grande expectativa para com este Governo. Somos um Governo que representa uma geração nova.

Temos que trabalhar arduamente para produzirmos resultados à altura das expectativas do nosso povo, para que a geração que precedemos se sinta valorizada pelo sacrifício investido.

Privilegiem o trabalho em equipa e procurem sempre estimular os vossos subordinados a libertarem os seus talentos em prol dos objectivos institucionais. O chefe que teme o seu subordinado não é líder, e transmite insegurança. O subordinado que pensa que faz mais que o seu superior distrai-se do facto que chefe é quem favorece a sua produtividade e crescimento. Saibam ouvir os vossos colaboradores e obedecer os vossos superiores, mas não tenham medo de tomar decisões.

Não vão faltar dificuldades, é certo. Mas foi exactamente pensando nos grandes desafios a enfrentar, que procuramos trazer na equipa deste governo quadros de reconhecido mérito, com competências de liderança e profissionalismo comprovadas, quadros da nossa inteira confiança.

Temos a certeza de que, combinando a tarimba dos mais experientes, a vitalidade dos mais jovens e a inteligência de todos, iremos transpor todos os obstáculos que se coloquem nesta caminhada, visando construir o bem-estar para os moçambicanos. Vamos fazer a diferença!

Cada um de nós deve ser capaz de atrair para o seu sector os melhores quadros e técnicos qualificados nacionais, por forma a elevar cada vez mais o nível de eficiência e eficácia na elaboração e implementação dos programas de desenvolvimento.

Como governo, e sem prejuízo dos parâmetros da separação dos poderes do Estado, devemos cultivar uma interacção salutar e de complementaridade com os demais órgãos de soberania. Convosco temos a certeza de que podemos caminhar seguros na materialização do nosso programa de governação, um programa de mudança e uma razão de esperança.

Não nomeamos pessoas para alistar reclamações ou para poder apresentar requisições. Nomeamos quadros capazes de produzir soluções para os problemas do povo, quadros para mobilizar recursos e produzir planos da sua aplicação.

Caros Ministros,

Ilustres Convidados,

A maior injustiça seria fechar este discursos sem de forma viva, aberta e publica reconhecer os feitos do elenco que hoje nos passa o testemunho.

Hoje partimos deste marco adiantado, porque homens trabalharam, e aplicaram o seu esforço e inteligência para que Moçambique figurasse no mapa como referencia internacional. A estes agradeço em nome dos empossados e afirmo que necessitamos do vosso contínuo apoio e rendemos o nosso respeito total. Estaremos sempre abertos para o que podermos ajudar nas novas missões.

Desejo a todos vós, longa vida e muitos sucessos no desempenho das vossas novas funções. E aos cônjuges, esperamos o apoio que sempre deram aos esposos para merecer a confiança que hoje conduz os empossados à confiança do povo através de nós.

Gostaria de propor um brinde à nossa saúde, à consolidação da paz e da unidade nacional e ao reforço das nossas relações de confiança e trabalho.

Maputo, aos 19 de Janeiro de 2015